SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

CONSELHO LGBT

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 08

PAUTAS: 1) IV Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; **2)** Calendário Reuniões do segundo semestre do CMLGBT;

Participantes do Governo: Kylie Pessoa (Titular - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Rebeca Rodrigues (Assessora da Coordenação de Políticas para LGBTI+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Jhonatas da Silva (Suplente - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Daniela Cardoso Lourenço Alves (Titular - Secretaria Municipal de Habitação), Weslley Ribeiro Carvalho Pimenta (Titular - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Karine Evelyn Alves Carvalho (Titular – Secretaria Municipal de Educação), Luciana Gandelman (Titular - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho), Nilda Toyomoto Ito (Suplente – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social).

Convidados: Sylvia Aragão (Diretora do Departamento de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania).

Participantes da Sociedade Civil: Maciel Silva Nascimento (Vice-Presidente do Conselho Municipal LGBT+ - SINDSEP/SP), Marcela Bosa (Titular - Segmento de Travestis), Diego Alves Carvalho (ArtGay), Elvis Justino de Souza (Suplente – Segmento de Homens Gays), Andreza do Nascimento Almeida (Titular - Segmento de Mulheres Bissexuais), Kel Fernando Azevedo Simões (Titular - Segmento de Homens Trans), Camilo Ferreira da Silva Nunes (Suplente – Segmento de Homens Trans).

A Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+ foi realizada em formato híbrido no dia 14 de junho de 2025, às 10h15, com participação presencial na Rua Líbero Badaró, nº 119 - Centro. A sessão foi presidida por Kylie Pessoa, presidenta do Conselho e assessora da Coordenação de Políticas para LGBTI+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, juntamente com o vice-presidente Maciel

Nascimento, e Rebeca Rodrigues, secretária executiva do Conselho e assessora da mesma Coordenação. A reunião teve início após a segunda chamada, que garantiu o quórum necessário para as deliberações previstas na pauta do dia.

Dando início aos trabalhos, com a presença de membros da sociedade civil e representantes do poder público, a reunião teve como objetivos principais a realização de um balanço coletivo sobre os resultados e experiências da IV Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, e a definição do calendário do segundo semestre das Reuniões Ordinárias do CMLGBT.

Rebeca apresentou uma proposta de calendário para o segundo semestre, sugerindo que as reuniões ordinárias do Conselho ocorram nos segundos sábados de cada mês. Justificou que tal escolha visa evitar conflitos com feriados prolongados, favorecendo a participação dos membros e a viabilidade das atividades nesse período.

Foi sugerido por Rebeca que a aprovação das datas propostas ocorresse ainda nesta reunião, considerando a importância de se definir, com a devida antecedência, a próxima reunião ordinária, garantindo assim a organização e a participação efetiva dos conselheiros (as/es).

Informou-se que duas pautas principais já haviam sido previamente apresentadas em grupo: o calendário de reuniões e a avaliação da conferência. Além dessas, Maciel, sugeriu a inclusão de um diálogo sobre a participação do Conselho na Semana da Parada, considerando a proximidade do evento. Também foi apontada a necessidade de discutir o uso dos e-mails institucionais, com o intuito de organizar a comunicação oficial do Conselho.

Levantou-se, ainda, a necessidade de atualização quanto à ação judicial em curso que questiona a validade do processo do Conselho. Caso não haja informações concretas, estas deverão ser apuradas e trazidas à próxima reunião.

Rebeca destacou a necessidade de revisar os calendários dos Grupos de Trabalho (GTs), especialmente após a identificação de um equívoco referente ao GT de Relações Internacionais, cuja reunião ocorre regularmente às segundas-feiras, e não às terças, como constava na proposta anterior. Comprometeu-se a corrigir e reenviar o calendário, caso o grupo decida manter o dia originalmente previsto.

Kylie, agradeceu a presença dos conselheiros e parabenizou o coletivo pelos esforços na construção da IV Conferência Municipal, ressaltando a importância da presença ativa dos membros do Conselho para a efetivação das políticas públicas e fiscalização dos direitos da população LGBTI+.

Maciel, destacou que a avaliação da conferência não deve ser feita de forma apressada, sugerindo que uma reunião específica seja dedicada a esse fim, considerando também as etapas pós-conferência.

Durante a rodada de falas, os participantes compartilharam impressões sobre a conferência. Destacou-se a complexidade do evento, o envolvimento de diversas pessoas e a importância da paciência e habilidade para lidar com os desafios do processo.

Foi reconhecida a importância do espaço de participação política da sociedade civil na formulação de políticas públicas, enfatizando-se a atuação coletiva, as articulações com o poder público e a necessidade de ocupação contínua desses espaços por representantes da sociedade civil e movimentos sociais.

Kylie, agradeceu o empenho dos presentes e destacou o apoio recebido dos profissionais da relatoria durante o evento, reconhecendo a importância de uma análise crítica posterior sobre pontos específicos da conferência, inclusive sobre o desconhecimento de alguns participantes em relação a políticas já existentes. Enfatizou a importância de celebrar as conquistas e manter o espírito colaborativo nas próximas ações do Conselho.

O conselheiro Elvis compartilhou sua experiência nas Conferências Livres de Cultura LGBT, realizadas em Belo Horizonte (MG), destacando a participação de representantes de São Paulo, incluindo o professor Luciano, integrante da delegação.

Elvis relatou que houve intensa articulação política na conferência, com o objetivo de pleitear a criação de um edital nacional voltado às Paradas do Orgulho LGBT. Informou que, como resultado, está prevista a divulgação do referido edital pelo Ministério da Cultura ainda nesta semana, durante o Encontro Nacional de Paradas, a ser realizado em São Paulo.

Foi ressaltado que tal conquista é resultado direto das resoluções debatidas e aprovadas na Conferência Livre de Cultura LGBT, demonstrando a relevância de espaços de construção coletiva, mesmo sem caráter eletivo de delegados. Elvis enfatizou que, com o engajamento contínuo dos movimentos sociais e o diálogo ativo com o poder público, é possível transformar propostas em políticas públicas concretas.

O conselheiro Diego Carvalho compartilhou suas considerações e contribuições sobre a força do Conselho e convidou os membros a participarem da “Queer Messing” (sic), promovida pelo Sindicato dos Bancários, no dia 27 de junho, às 19h, na Rua São Bento, 413. O nome do evento foi sugerido pela conselheira Marcela Bosa.

Kylie, reforçou a importância de que informações sobre Conferências Livres sejam compartilhadas com os membros do Conselho, de modo a ampliar o acesso às discussões e fomentar a participação.

Durante a reunião, a conselheira Daniela Cardoso Lourenço Alves solicitou a palavra para registrar sua percepção sobre o ambiente de trabalho e convivência entre os membros. Ressaltou que, ao contrário de experiências em outros espaços de controle social, tem vivenciado, neste Conselho, relações pautadas por afeto, escuta e acolhimento. Considerou a atmosfera da Conferência Municipal, bastante positiva e parabenizou a todos pela construção coletiva.

Kylie, agradeceu a fala de Daniela, destacando a admiração e o reconhecimento pelo empenho e dedicação da conselheira. Ressaltou que, mesmo atuando em um ambiente profissional de alta demanda, sua participação ativa é notável. Também evidenciou a importância das contribuições de Daniela no tocante ao conhecimento técnico que compartilha com o grupo.

Maciel, reforçou a importância da participação do poder público nas áreas de assistência social, educação e saúde, sem as quais o trabalho do Conselho seria inviabilizado. Destacou que a interlocução entre esses setores é essencial para a formulação de políticas públicas voltadas às populações vulnerabilizadas.

Os conselheiros ressaltaram a importância de evitar conflitos internos que possam comprometer a efetividade da atuação do Conselho, favorecendo, assim, iniciativas que visam à desarticulação do controle social. Agradeceram as contribuições da conselheira Daniela, em especial aquelas relacionadas à saúde mental no contexto da Conferência Estadual, e sugeriram que o tema seja aprofundado durante sua realização.

Rebeca agradeceu a presença da, Sylvia, Diretora do Departamento de Participação Social, que prontamente se dispôs a participar da reunião, mesmo com curto prazo de comunicação. Silvia apresentou um material preliminar elaborado pela relatoria da conferência, ainda em fase de consolidação.

Sylvia, iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de participar do encontro, mesmo que remotamente. Explicou que sua ausência presencial se deu por motivos de saúde.

Na sequência, destacou a importância do texto das considerações finais e do material a ser produzido para o parceiro institucional. Escureceu que, uma vez consolidado, o material será divulgado como peça de comunicação pública. Por isso, enfatizou a necessidade de revisão por parte da comissão organizadora e demais membros envolvidos, assegurando que a versão final esteja adequada à veiculação à sociedade civil e aos munícipes.

Sylvia, ressaltou que este processo de construção coletiva da conferência constitui também um espaço de aprendizado significativo, especialmente em razão do hiato de dez anos desde a última edição. Compartilhou que aprendeu muito com o grupo, em especial com o Vice-Presidente do Conselho, Maciel, e expressou gratidão pela paciência e empatia de todos durante o processo.

Reconheceu a relevância das avaliações realizadas pelos presentes e manifestou o desejo de que houvesse maior participação da comunidade. Contudo, destacou que se trata de um processo gradual, que demanda um trabalho contínuo de conscientização.

Kylie, expressou reconhecimento pela complexidade envolvida na organização de um evento dessa magnitude, ressaltando que o foco principal da equipe sempre foi o cuidado com a saúde integral de cada participante e a construção de um espaço acolhedor e inclusivo.

Kylie, solicitou que os conselheiros leiam o documento com atenção e contribuam com as correções necessárias, a fim de garantir um material final qualificado, representativo e coerente com os debates realizados.

Rebeca sugeriu que a análise do material da conferência ocorra de forma híbrida, respeitando os diferentes níveis de envolvimento e disponibilidade dos membros do Conselho. Propôs ainda que os conselheiros façam observações diretas no documento compartilhado, a fim de facilitar a consolidação do texto final.

Maciel, destacou a relevância de se realizar uma análise mais aprofundada do processo conferencial, ultrapassando os limites da dinâmica da IV Conferência. Ressaltou a importância de incluir, nos anais desta edição, os resultados das três conferências anteriores, a fim de consolidar, em um único documento, os dados previamente debatidos e construídos.

Além da inclusão de dados específicos anexados ao documento final — como lista de presença, imagens (fotográficas e em vídeo) e dados das pessoas delegadas — os conselheiros informaram que, ao tomarem conhecimento de que o critério formal de autodeclaração indígena deixaria de ser obrigatório, um participante considerou que poderia se enquadrar nessa categoria, lamentando não ter assinalado o campo correspondente na ficha de inscrição no momento oportuno. Ressaltou-se, no entanto, que esse tipo de dúvida deveria ter sido escurecida durante o preenchimento, na própria sala, com o apoio dos representantes disponíveis.

Andreza, contribuiu com reflexões acerca das fragilidades observadas no processo conferencial, destacando, entre outros pontos, o caso de um migrante de gênero masculino cuja participação foi prejudicada pelas regras de paridade de gênero. Além disso, questões raciais também impactaram sua candidatura, uma vez que ele não se

identificava com a negritude. No entanto, sendo um homem trans, avaliou-se que poderia ter sido contemplado na delegação.

Sobre a questão indígena, Andreza pontuou que, embora o formulário previsse a autodeclaração, esta não é suficiente em todos os casos. Explicou que, conforme dispõe a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), são exigidas tanto a autodeclaração quanto o reconhecimento da identidade indígena pela comunidade de pertencimento. Citou, como exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que exige documentação expedida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para validar a condição indígena.

Acrescentou, ainda, que o conceito de "migrante", no contexto das cotas, refere-se a pessoas estrangeiras com Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), não se aplicando a deslocamentos internos entre estados brasileiros. Ressaltou que esse critério deve ser revisto também na etapa estadual, sugerindo o encaminhamento do material referente a essa discussão à comissão de homologação.

Kylie, destacou que o advogado Vitor Grampa, da OAB Diversidade e palestrante na conferência, colocou-se à disposição para prestar apoio jurídico — aspecto considerado essencial para a condução das etapas subsequentes.

Por fim, Rebeca comunicou que o participante em questão encaminhou ao conselho um e-mail contendo registros alternativos de comprovação de pertencimento indígena, incluindo imagens, documentários e outros materiais relativos à sua comunidade, embora não possuísse documentação formal expedida pela FUNAI.

Contudo, conforme informado pelo conselheiro Diego, esse mesmo participante apresentava diversos débitos classificatórios para a eleição como delegado, entre eles: a não participação efetiva durante os dias da conferência e a ausência na leitura integral do Regimento Interno — fatores que, por si só, já justificariam sua desclassificação.

Diego, também levantou questionamentos sobre como seria feita a absorção dos delegados eleitos em conferências livres.

Kylie, comentou sobre a elevada demanda por eventos relacionados à pauta LGBTQIA+, especialmente durante o mês do Orgulho. Destacou que a equipe tem enfrentado dificuldades para atender a todos os convites, em razão da limitação de pessoal. Ressaltou o aumento significativo na solicitação por unidades móveis durante esse período, mencionando que Jhonatas tem coordenado essa agenda. Expressou satisfação com a visibilidade conquistada, mas também preocupação com o fato de que esse tipo de mobilização ocorra, em sua maioria, apenas durante o mês do Orgulho.

Sobre o “Encontro das Paradas”, Elvis informou que a próxima reunião dos organizadores da Parada LGBTQIAPN+ de São Paulo ocorrerá em formato fechado, com possibilidade de participação híbrida por meio de link virtual, que poderá ser compartilhado. Justificou a limitação da presença física devido à capacidade do espaço reservado no hotel.

Na ocasião, solicitou a inclusão de pauta para a próxima reunião do Conselho, propondo uma análise dos investimentos públicos destinados à Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo.

Em seguida, Kylie, informou que os dados sobre o investimento em questão são públicos. Ressaltou que o aporte para a Parada do Orgulho LGBTQIA+ de 2024 foi de R$ 6.100.000,00, caracterizando-se como um investimento histórico, fruto do esforço coletivo e do comprometimento da Coordenação de Políticas para LGBT. Explicou que esse valor não se restringe à aquisição de materiais físicos, mas cobre, majoritariamente, o trabalho humano, incluindo a atuação de equipes de segurança, técnicos e artistas essenciais para a realização do evento. Reforçou que os recursos investidos pela Prefeitura de São Paulo geram benefícios econômicos amplos para a cidade e que todas as informações constam em processo SEI, com previsão de publicação no Diário Oficial do Município.

A conselheira Marcela Bosa pontuou o desafio de incluir essas atividades no calendário oficial da cidade, uma vez que sua efetivação está condicionada à obtenção de financiamento. Informou que já iniciou um diálogo sobre o tema, atendendo a uma demanda apresentada pelo grupo responsável pela Caminhada Lésbica.

Kylie agradeceu à conselheira Cíntia por tê-la apresentado ao grupo organizador da Caminhada e pelo convite para participar da atividade. Ressaltou que, embora Cíntia não estivesse presente na reunião, possivelmente por estar envolvida com a organização do evento — que exige grande esforço —, foi por meio de sua atuação do Conselho que as conversas com o grupo organizador tiveram início. Destacou que essa era uma demanda que a Coordenação também tinha interesse em apoiar e, ao final, celebrou que tudo tenha ocorrido de forma positiva.

A Caminhada Lésbica deste ano contará com uma estrutura significativamente mais robusta, incluindo fiscalização, fornecimento de alimentação, suporte técnico com rádios comunicadores, unidades móveis LGBT+, a unidade móvel de mulheres, além do trio elétrico. Conforme relatado, o trio foi viabilizado por meio de investimento privado, articulado diretamente pela coordenadora Léo Áquila, sem participação do poder público. O investidor em questão atua no setor de telemarketing e já mantém parcerias com a Coordenação, em iniciativas voltadas à promoção da empregabilidade.

A equipe utilizou parte do investimento destinado à Caminhada lésbica para apoiar a estruturação de outras ações, otimizando recursos e evitando a necessidade de optar por uma atividade em detrimento de outra. Informaram que a ausência inicial do trio só foi percebida após a aprovação do repasse de valores para apoio às meninas, o que exigiu uma nova articulação por parte da Coordenadora, Léo Áquilla, para garantir a presença do equipamento. No final, a solução foi viabilizada com sucesso.

Rebeca reforçou a importância de definir um calendário de eventos com antecedência, considerando também os aspectos financeiros. Destacou que esse planejamento conjunto entre o poder público, a sociedade civil e os organizadores das marchas facilitam a organização e viabiliza o apoio estrutural necessário — como foi realizado na Caminhada Lésbica, por intermédio da Cíntia. Ressaltou que esse tipo de articulação contribui para fortalecer a unidade do movimento. Pontuou, ainda, que há organizações que optam por não dialogar com o poder público, mas reiterou a importância de abrir canais de comunicação para potencializar as ações coletivas.

Elvis, destacou a fala da conselheira Marcela, sobre as dificuldades enfrentadas pelas Paradas Periféricas. Relatou que essas iniciativas, como a do Itaim Paulista, muitas vezes enfrentam falta de apoio institucional e financeiro, chegando a "mendigar" recursos para garantir sua realização.

Elvis ressaltou que, se apenas 1% dos R$ 6,1 milhões investidos nos grandes eventos fosse destinado às Paradas Periféricas e às Marchas organizadas por movimentos sociais na cidade de São Paulo, seria possível garantir uma estrutura mínima adequada para esses eventos. Isso promoveria maior autonomia dos coletivos e reduziria a dependência por apoio emergencial.

Kylie, endossou a crítica de que muitas pessoas historicamente engajadas nas lutas LGBTQIA+ não têm espaço efetivo na estrutura da Parada. Relatou conversas com representantes como Beto, da Casa Florescer, e Toni, da Casa Nove de Julho, que também tentam incluir pessoas trans, da periferia e trabalhadores invisibilizados nas atividades centrais da Parada, como os trios elétricos, mas enfrentam resistência e falta de acesso.

Questionou como o Conselho pode contribuir para a ampliação da participação social e representatividade nos eventos. Propôs que o Conselho estabeleça um canal de diálogo com a Associação da Parada, participe de suas reuniões e leve as pautas e reivindicações dos movimentos sociais para serem discutidas diretamente com a organização.

Destacou, ainda, que seria necessário construir estratégias para ampliar a presença de representantes dos movimentos sociais nos trios elétricos, com 17 trios na Parada,

indagou por que os demais 14 não contemplam essas representações. Criticou o fato de que, muitas vezes, espaços de visibilidade são ocupados por pessoas que não mantêm atuação contínua nos movimentos, enquanto os ativistas comprometidos ao longo do ano são sistematicamente excluídos.

Na sequência, Rebeca relata que na semana anterior o conselheiro Camilo (Suplente – Segmento de Homens Trans), entrou em contato com a mesma, relatando sobre o processo judicial movido por um participante que também concorreu a cadeira de Homens Trans no processo eleitoral do Conselho (2024/2026), que ele está alegando ter sido prejudicado pela mudança de data da eleição do conselho, supostamente sem aviso prévio.

Segundo Rebeca, essa alegação não procede. A mudança de data foi devidamente deliberada em reunião com a comissão eleitoral que acompanhou todo o processo de eleição do Conselho (2024/2026), com registro em ata e votação formal, ressaltou que há documentos que comprovam o processo regular de comunicação e deliberação.

Afirmou que não era responsabilidade individual dos conselheiros Kel ou Camilo notificar terceiros sobre as alterações, já que a informação foi enviada a todas as pessoas que estavam concorrendo para serem conselheiros (as/es). Ressaltou que a comunicação institucional segue fluxo coletivo, e não individualizado.

Rebeca explicou que, por se tratar de uma ação judicial movida contra a Secretaria, não é possível oferecer representação jurídica direta aos conselheiros intimados, como Camilo e Kel. No entanto, esclareceu que o Estado tem a obrigação de garantir assistência jurídica por meio da Defensoria Pública ou, alternativamente, pelo serviço "Descomplica", que costuma apresentar maior agilidade no atendimento.

Tranquilizou os conselheiros envolvidos, ressaltando que há ampla documentação comprobatória da legalidade e regularidade de todo o processo. Reiterou sua disponibilidade para encaminhar os documentos necessários, tais como atas, histórico de decisões e a linha do tempo do processo, que já estão devidamente disponibilizados tanto no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) quanto no site oficial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Dando continuidade à pauta, foi realizado o encaminhamento para a definição do calendário de reuniões ordinárias do segundo semestre de 2025. Após breve discussão, foi aprovada a proposta de realizar as reuniões nos segundos sábados de cada mês, com início às 10h.

As datas aprovadas foram: 19 de julho, 09 de agosto, 13 de setembro, 11 de outubro, 08 de novembro e 13 de dezembro. Foi registrado que, caso haja necessidade, reuniões extraordinárias poderão ser convocadas conforme previsto no regimento.

A reunião foi encerrada às 13h25, com agradecimentos da presidenta Kylie Pessoa a todos os participantes pela presença, pelas contribuições e pelo compromisso com a defesa dos direitos da população LGBTI+.

A ata será enviada aos participantes para apreciação e, após leitura e aprovação, será publicada.